

ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS INTERGERACIONAIS

O desenho do perfil comunitário

Susana Villas-Boas*, Albertina Oliveira**, Natália Ramos*** & Inmaculada Montero****

Resumo: No presente artigo apresentam-se os Programas Intergeracionais como uma nova forma de intervenção social, cujo elemento-chave é a educação intergeracional. Estes programas, ao promoverem a convivência intergeracional e a colaboração entre gerações, se forem adequadamente formulados e implementados, podem ser benéficos para as pessoas participantes, para as comunidades e, em última instância, para as sociedades. Todavia, a planificação e implementação destes programas é uma tarefa complexa que exige tempo e conhecimento. Neste artigo, apresenta-se, como ilustração de aplicabilidade dos Programas Intergeracionais, o desenho do perfil comunitário de uma comunidade local.

Palavras-chave: educação intergeracional, programas intergeracionais, análise de necessidades, desenho do perfil comunitário

DEVELOPING INTERGENERATIONAL PROGRAMS: THE COMMUNITARIAN PROFILE DESIGN

Abstract: This article presents the idea of intergenerational programs as a new form of social intervention, with the key element of intergenerational education. Since these programs promote intergenerational relationships and collaboration between generations, if properly formulated and implemented, they can be beneficial for those who participate, for communities and ultimately for companies. However, the planning and implementation of these programs is a complex task that requires time and knowledge. In this article, we present the design of the local community profile, as an illustration of the applicability of intergenerational programs.

* Universidade de Coimbra (Coimbra/Portugal) / Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta (CEMRI-Uab) (Porto/Portugal).

** Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), Universidade de Coimbra (Coimbra/Portugal).

*** Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta (CEMRI-Uab) (Lisboa/Portugal).

**** Facultad de Ciencias de la Educación, Departamento de Pedagogía, Universidad de Granada (Granada/España).

Keywords: intergenerational programs, intergenerational educational programs, needs analysis, sociodemographic characterization

DÉVELOPPEMENT DES PROGRAMMES INTERGÉNÉRATIONNELS: LA CONCEPTION DU PROFIL COMMUNAUTAIRE

Résumé: Cet article s'intéresse aux Programmes Intergénérationnels en tant que modalité d'action sociale ayant comme fondement l'éducation intergénérationnelle. Ces programmes, qui ont pour objectif de développer les interactions et les échanges entre les générations, exigent d'être organisés minutieusement et mis en œuvre de façon à ce que les participants, les communautés et la société en soient les bénéficiaires. La planification et la mise en œuvre de ces programmes sont des tâches complexes qui exigent une longue préparation. Dans cet article, nous présentons un exemple d'application de Programmes Intergénérationnels et la modélisation d'une communauté locale.

Mots-clés: éducation intergénérationnelle, programmes intergénérationnels, modélisation d'une communauté, analyse des besoins prioritaires

Introdução

O mundo ocidental e a União Europeia estão a atravessar mudanças demográficas nunca antes registadas na história da humanidade. Segundo as projeções estatísticas, o envelhecimento demográfico nos países desenvolvidos e em desenvolvimento acentuar-se-á ainda mais nas próximas décadas (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2009; Eurostat, 2013), gerando-se uma autêntica revolução gerontológica e desafiando todos os sistemas a uma mudança profunda em termos de reorganização.

As alterações demográficas configuram uma nova sociedade e vão intensificar-se a partir de 2010: cada vez menos jovens e adultos, números crescentes de trabalhadores mais velhos, reformados e pessoas muito idosas. As nossas sociedades terão de inventar novas vias para valorizar o potencial de crescimento que encerram as jovens gerações e os cidadãos mais velhos. Será necessário o contributo de todos os agentes para gerir essas mudanças: entre as gerações, há que desenvolver novas solidariedades, feitas de apoio mútuo e de transferência de competências e experiências. (Comissão das Comunidades Europeias [CCE], 2005: 6)

No entanto, para que estas novas solidariedades se desenvolvam é necessário potenciar as relações entre as gerações que se tornaram bastante escassas, em virtude das mudanças sociais, como, por exemplo, as alterações das estruturas familiares e da economia, o avanço tecnológico, as políticas e o mercado de consumo direcionados a diferentes grupos etários, entre outras. Consequentemente, existem cada vez menos espaços promotores do encontro

entre diferentes gerações, o que facilita a criação de preconceitos sociais e estereótipos – por desconhecimento – que reforçam a segregação e a discriminação por idade, obstruindo a concretização das macropolíticas que propõem a sociedade para todas as idades e a solidariedade entre gerações como possíveis estratégias para fazer face ao envelhecimento demográfico e às suas consequências sociais.

Neste artigo apresenta-se uma inovadora proposta de intervenção para fomentar as relações intergeracionais – os Programas Intergeracionais (Ramos, 2013; Villas-Boas, Oliveira, Ramos, & Montero, 2013) –, cujo elemento-chave é a educação intergeracional. Estes programas, ao promoverem a convivência intergeracional e a colaboração entre gerações, se forem adequadamente formulados e implementados (condição *sine qua non*), podem ser benéficos ao nível de: ajudarem a estabelecer novas formas de solidariedade entre gerações; preservarem a prática da reciprocidade do cuidado e da atenção entre as distintas gerações; promoverem a coesão social¹; assegurarem a transmissão da cultura; aumentarem a implicação em assuntos públicos; serem uma fonte para a estruturação de vínculos sociais que auxiliem a recuperação e o aumento de confiança mútua, desenvolvendo o capital social²; promoverem o envelhecimento ativo e a educação ao longo da vida, etc. (Sánchez, Kaplan, & Saéz, 2010). Todavia, elaborar e implementar os referidos programas constitui uma tarefa complexa que exige tempo e conhecimento.

A educação intergeracional e os programas intergeracionais

Desde os tempos mais imemoriais que as gerações mais velhas ensinam as gerações mais novas e vice-versa, sendo a educação entre gerações a condição *sine qua non* para a existência da humanidade. Efetivamente, o ser humano nasce geneticamente predisposto a tornar-se humano; contudo, é através da aprendizagem por meio da comunicação com os nossos semelhantes (de todas as gerações) e da transmissão deliberada de critérios, técnicas, valores e recordações que nos tornamos humanos (Savater, 2006). Porém, nas sociedades contemporâneas desenvolvidas e em desenvolvimento o encontro entre as gerações é cada vez mais raro, sobretudo entre aquelas que se situam no extremo do ciclo vital e que não apresentam

¹ O significado de coesão social continua aberto a debate. Contudo, definimo-lo como a capacidade de uma sociedade para garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades, desigualdades e a exclusão social e consolidando as relações sociais.

² Este conceito associa-se ao «sentimento de comunidade das pessoas», ao sentimento de pertença a uma comunidade, de preocupação com as pessoas que fazem parte dela e de convicção de que essas pessoas, por sua vez, se preocupam com os outros. Confiança mútua, partilha de valores e normas, cooperação e redes são indicadores de capital social de uma comunidade.

vínculos familiares, estando assim reduzidas as oportunidades de educação entre as distintas gerações, com sérios prejuízos para as sociedades atuais. Daí a importância crescente da temática da educação intergeracional.

A educação intergeracional (que passaremos a designar por EI) é definida por Sáez como «processos e procedimentos que se apoiam e se legitimam enfatizando a cooperação e interação entre duas ou mais gerações, assegurando a partilha de experiências, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, com o fim de aumentar os respetivos níveis de autoestima e autorrealização pessoal» (Sáez, 2002: 104). De acordo com este autor, a EI contribui também para superar estereótipos e preconceitos de idade, fomenta o respeito pela diversidade e a diferença, a pluralidade de valores, os costumes e identidades individuais ou coletivas e promove a entreajuda e o desenvolvimento pessoal. Se considerarmos o *European Map of Intergenerational Learning*, constata-se que a aprendizagem intergeracional é definida de forma análoga, com o acrescento de que, para além da transferência do conhecimento, este tipo de aprendizagem ajuda a criar um capital social e coesão social nas nossas sociedades envelhecidas e é visto como uma parte importante da aprendizagem ao longo da vida (EMIL, citado por Sánchez & Diaz, 2014).

A EI apresenta também uma relação estreita com os quatro pilares da educação do século XXI, propostos em Delors et al. (1996). Ensina a viver juntos, porque aquela acontece no contacto com os outros num ambiente de cooperação e participação, ensina à diversidade, conserva tradições e a identidade coletiva, favorece a solidariedade, evita a violência e os conflitos, etc. Ensina a conhecer, porque fornece meios para adquirir novos conhecimentos e para compreender o mundo, assim como desenvolve capacidades comunicacionais através do descobrir junto com o outro, num processo de troca de informações, disseminação de ideias, transmissão de sentimentos, costumes, valores, etc. Ensina a fazer, porque desenvolve as competências individuais, através da aprendizagem ativa, colaborativa e experiencial, do trabalho em equipa, do trabalho voluntário, do confrontar e solucionar conflitos, da comunicação empática, etc. E ensina a ser, porque procura que as pessoas em contacto umas com as outras se conheçam a si mesmas e se realizem, desenvolvam a inteligência, a responsabilidade, o pensamento crítico e autónomo, a criatividade, a arte, a cultura, em suma, se percebam numa dimensão holística e em devir.

A EI é implementada e recriada através dos programas intergeracionais (que passaremos a designar por PI). Estes programas foram definidos na 1st ICIP Internacional Conference (Keele University, Reino Unido), em 2002, como

um sistema, uma abordagem e uma prática em que todas as gerações, independentemente da idade, etnia, localização e estatuto socioeconómico, se unem no processo de gerar, promover e utilizar ideias, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de forma interativa com o objetivo de fomentar a melhoria pessoal e o desenvolvimento da comunidade. (Hatton-Yeo, 2002: 19)

Muito embora tal definição não seja única, e não se encontre nenhuma inteiramente consensual, quando comparadas, destacam-se nos PI as três características seguintes: 1) reúnem pessoas de distintas gerações, no mesmo espaço e a realizar a mesma atividade; 2) beneficiam todos os seus participantes e a comunidade; e 3) têm como componente basilar a EI. Em todos os PI, os participantes precisam de aprender coisas novas, em vários contextos, para mudar e melhorar as relações intergeracionais, pelo que todos contemplam um objetivo educativo (Mannion, 2012). Contudo, a EI não está representada na mesma medida, diferenciando-se em três tipos de PI, de acordo com Sáez (2002), segundo o critério da sua função primária. O primeiro são os Programas Intergeracionais de Serviço, que têm como função primária a prestação de serviços e nos quais a educação não é a essência do programa, mas é assumida como um excelente meio para o conduzir. O segundo tipo de PI são os Programas Educativos Intergeracionais, que têm efetivamente como função primária a educação. Nestes programas, a co-aprendizagem é o processo mediante o qual se implicam as pessoas de diferentes gerações na aprendizagem recíproca. E, finalmente, o terceiro tipo corresponde aos Programas Intergeracionais de Serviço e Aprendizagem, com a dupla função primária de valorizarem a aprendizagem e o serviço na comunidade em moldes equilibrados.

Os PI surgiram nos EUA, no final da década de 60 do século passado, como resposta à separação geográfica dos membros jovens e seniores das famílias. Posteriormente, já na década de 1980, começaram a ser utilizados para abordar problemas sociais relacionados com necessidades culturais, sociais e económicas e, nos anos 1990, foram considerados instrumentos para o desenvolvimento comunitário. Hoje são desenvolvidos um pouco por todo o mundo e têm sido alvo de crescente interesse de estudiosos e investigadores. Verifica-se, assim, que os PI são utilizados como estratégias de intervenção nos mais variados âmbitos (entre os quais a educação, habitação, saúde, inclusão, trabalho, cultura, ambiente, sociabilidade, mediação, prevenção, recreação, TIC, etc.). Verifica-se também que os seus objetivos podem ser bastante diversos, tais como o reforço dos sistemas de ensino, a redução do insucesso escolar, o desenvolvimento do sentimento de pertença, a preservação das tradições culturais, a melhoria dos sistemas de apoio à comunidade, a promoção da consciencialização e preocupação com o meio ambiente, o apoio a mães adolescentes, a diminuição do isolamento das pessoas de idade, a ajuda na integração de imigrantes na comunidade, entre outros. Relativamente à sua implementação, eles podem ser desenvolvidos em escolas, centros culturais, centros comunitários, centros de convívio, centros de dia, universidades, empresas, municípios, associações, hospitais, etc.

Muitos estudos têm vindo a demonstrar que os PI são benéficos tanto para as gerações participantes como para a comunidade. Kaplan, em 2001, desenvolveu uma investigação no âmbito da UNESCO, em que analisou vários estudos, tendo, em consequência, identificado os seguintes

benefícios para as crianças e jovens: compreensão da história e da vida como um processo em curso; atitudes mais positivas em relação a pessoas de idade e ao processo de envelhecimento; maior cooperação, comunicação, tolerância, preocupação e respeito pelas limitações dos outros; aprendizagem de coisas tão variadas como artesanato, jogos tradicionais, história cultural, habilidades de artes cênicas e de horticultura, entre outros. Em termos de benefícios para as pessoas de idade, o autor apontou os seguintes: melhoria da autoestima; melhoria da saúde; comportamento menos solitário; aumento da memória; melhoria das atitudes em relação aos jovens; ligeira redução de sintomas depressivos; e reforço das habilidades para resolver problemas. Segundo o mesmo autor, os PI contribuem para o desenvolvimento de abordagens integradas e para propostas de mudança na comunidade onde as necessidades, percepções e preocupações dos jovens, dos adultos e das gerações mais idosas são levadas em conta (Kaplan, 2001).

Se, por um lado, os especialistas têm vindo a demonstrar que estes programas são um bom método para a intervenção social, por outro lado, chamam a atenção para a complexidade do ato de planificar e implementar PI, o qual exige tempo, conhecimento e muito cuidado. Como principais obstáculos, a literatura reporta: conseguir alcançar e selecionar participantes; conseguir que as pessoas de diferentes gerações aceitem encontrar-se, uma vez que os grupos geracionais têm preferências, necessidades e motivações diferentes que podem dificultar a participação; conseguir financiamento e recursos adequados para fazer um bom trabalho; dificuldades na organização de uma rede de instituições apropriadas; emergência de preconceitos sociais e estereótipos de uma geração em relação à outra; e dinâmicas relativas à história ou à idiossincrasia local que dificultam este tipo de encontro (Sánchez & Díaz, 2014).

Atendendo às vantagens, mas também à complexidade de todo o processo, é fundamental que ele assente em bases sólidas, pelo que é pertinente começar a elaboração de um PI pelo desenho do perfil comunitário. Vários especialistas referem que os PI bem-sucedidos têm em comum partirem das necessidades da comunidade e do contexto (Bressler, Henkin, & Adler, 2005; Granville & Ellis, 1999; Kuehne, 2005; Martin, Springate, & Atkinson, 2010; Montero & Gallego, 2002; Newman & Sánchez, 2007; Springate, Atkinson, & Martin, 2008). Daí o perfil comunitário poder ser o que diferencia um PI bem-sucedido daquele que não o é. Este desenho inicial permite compreender, tal como salientam Hatton-Yeo e Watkins (2004), quais são os problemas e as preocupações da comunidade, assim como as oportunidades que a mesma apresenta para o desenvolvimento destes programas, para além de auxiliar a ter discernimento sobre aspetos históricos, a identificar áreas alvo para o desenvolvimento do PI e instituições que trabalham na área com o objetivo de perceber quais as oportunidades de estabelecer redes de parcerias e evitar a duplicação do trabalho. Neste âmbito, Newman e Sánchez (2007) afirmam que é importante conectar o programa com a realidade, os recursos, os membros e as necessidades autênticas dessa comunidade. E, no mesmo sentido, Bressler, Henkin, e Adler (2005) asseguram

que os programas que se centram na satisfação de necessidades reais e claramente identificadas têm uma maior probabilidade de serem sustentáveis e terem impacto em todos os participantes.

Nas linhas que se seguem, e a título de ilustração, apresentam-se os resultados da primeira fase do desenho do perfil comunitário da freguesia do Bonfim da cidade do Porto³. Esta caracterização foi elaborada a partir de dados quantitativos das estatísticas existentes em nove âmbitos, a saber: história, geografia, demografia, economia, habitação, educação, saúde, segurança e caracterização das instituições existentes na freguesia.

Diagnosticar para mudar: esboço de um perfil comunitário

A freguesia do Bonfim surgiu por Decreto de Costa Cabral, em 15 de Dezembro de 1841, no reinado de D. Maria II, como resposta ao crescimento da cidade e à desigual distribuição da área urbana e dos habitantes pelas freguesias, na primeira metade do século XIX. Esta reforma das circunscrições administrativas fragmentou três freguesias do centro da cidade⁴ e resultou na constituição da nova freguesia do Bonfim (Pinto, 2011), a qual celebrou 173 anos de existência em 2014.

Esta freguesia tem uma área total de 3,05 Km² e uma densidade populacional⁵ de 17.837 habitantes por Km² (INE, 2012), que em muito supera a densidade populacional da cidade do Porto (5.736 habitantes por Km²), considerada das cidades de maior densidade populacional da Europa (City Mayors Statistics, 2007). O Bonfim é uma das freguesias mais centrais da cidade do Porto, que conta com uma boa oferta de transportes públicos, quer de autocarros quer da rede de metro. Tanto a proximidade espacial dos habitantes como a oferta alargada de transportes é uma oportunidade para a realização de PI, visto que facilita a mobilidade dos potenciais participantes.

O número de habitantes ronda os 24.265, sendo 56% do sexo feminino e 44% do sexo masculino (INE, 2012). O Bonfim tem vindo a perder habitantes todos os anos, desde 1950, altura em que atingiu o pico da sua evolução demográfica (Correia, 2009). Só na última década (2001-2011) registaram-se menos 4.313 habitantes em todos os grupos etários, com

³ População-alvo da tese doutoral «Educação Intergeracional como Estratégia de Promoção do Envelhecimento Ativo: Análise de necessidades de uma comunidade local, enquanto via fundamentadora de projetos relevantes e sustentáveis», da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, cofinanciado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Villas-Boas, s.d.).

⁴ Santo Ildefonso, Sé e Campanhã.

⁵ Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma determinada área territorial e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

maior incidência nos grupos da população mais jovem (0-24 anos), em que se verificou a maior variação e uma evolução mais negativa: -57.09 (INE, 2012). Este fenómeno deve-se ao envelhecimento da população, à diminuição da taxa bruta de natalidade e ao aumento da procura de habitações nas cidades periféricas do Porto⁶ (Martins, 2008; Câmara Municipal do Porto [CMP], 2013).

No que concerne ao envelhecimento demográfico, o Bonfim é um território muito envelhecido, sendo o seu índice de envelhecimento⁷ de 265,7 – superior ao de Portugal (127,8), que ocupa o quinto lugar dos países com maior índice de envelhecimento da Europa (PORDATA, s.d.). O problema do envelhecimento não está tanto no aumento da esperança de vida, visto que o incremento da população com 64 e mais anos é um indicador de sucesso da humanidade. Este problema assenta, sobretudo, na redução da taxa bruta de natalidade que em Portugal, em 2011, se situou em 9,2 nados vivos por mil habitantes, atingindo o valor mais baixo de sempre. Uma das medidas apontadas pela União Europeia, para fazer face ao envelhecimento demográfico, é a integração de população imigrante nas comunidades. Segundo os dados fornecidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em Julho de 2012 faziam parte desta população 224 imigrantes com estatuto legal, sendo 55% homens e 45% mulheres. Trata-se de um número muito reduzido e tal significa uma baixa probabilidade de no futuro se fixarem mais imigrantes na freguesia (Estrela, 2013), pois as trajetórias e a fixação das pessoas imigrantes são fortemente influenciadas pelas redes sociais que têm no país de acolhimento, geralmente constituídas por familiares e/ou imigrantes da mesma nacionalidade. Assim, elevar o número de nascimentos, reduzir a saída forçada dos jovens para a periferia e promover a integração de imigrantes na comunidade apresentam-se como necessidades prementes da freguesia do Bonfim.

O envelhecimento da população reflete-se igualmente num índice de dependência total⁸ alto (60), sobretudo porque o peso do índice de dependência dos idosos⁹ é muito elevado (44) (INE, 2012), e num índice de sustentabilidade potencial da freguesia, que é de 2,3 pessoas ativas por idoso, o que indica que esta freguesia, por si só, não conseguiria manter os sistemas de proteção social e assegurar os regimes de pensão da sua população. Relativa-

⁶ Devido ao valor elevado do metro quadrado.

⁷ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

⁸ Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64.

⁹ Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

mente ao trabalho, de acordo com os Censos de 2011, a taxa de atividade do Bonfim era de 43,77%, inferior à nacional (47,56%). Quanto à taxa de desemprego, no mesmo ano, situava-se em 17,16%, superior à nacional (13,18%). Aprofundando o estudo sobre a população desempregada, verifica-se que o que permite a sua subsistência são os apoios sociais, que em conjunto representam 48%, nomeadamente o subsídio de desemprego (27%) e o rendimento social de inserção (21%). Abrangendo uma percentagem inferior, mas bastante expressiva, 29% desta população conta apenas com o apoio da família e 11% afirma trabalhar, mas sem se encontrar em situação de empregado (INE, 2012). De ressaltar que o apoio familiar é um fator positivo, no sentido de constituir um indicador de que na freguesia do Bonfim este tipo de solidariedade intergeracional não está completamente extinto. Porém, por outro lado, é preocupante porque muitos dos familiares que recebem e auxiliam as pessoas afetadas pelo desemprego, ao terem de sustentar um número mais elevado de pessoas, em virtude da crise económica, podem expor-se a um maior risco de pobreza, sobretudo nos focos populacionais que apresentam uma vulnerabilidade social elevada e núcleos familiares monoparentais¹⁰. Por conseguinte, apoiar as famílias, fazer frente ao desemprego e fomentar o emprego são necessidades iminentes na freguesia.

À data da sua criação, o tecido económico da freguesia era predominantemente rural. Porém, com o advento da industrialização, no século XIX, essa ruralidade foi desaparecendo para dar lugar ao setor secundário, com indústria vocacionada sobretudo para a fiação e os tecidos, o que potenciou o seu desenvolvimento económico. No entanto, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), várias fábricas tiveram de encerrar e as que resistiram tenderam a deslocalizar-se, conduzindo a uma alteração no tecido económico da freguesia, com a indústria a perder peso e o setor terciário a tornar-se na principal atividade económica: o comércio, as instituições bancárias, as pequenas empresas e os serviços. Atualmente, as profissões exercidas e mais representadas na população da freguesia são a categoria profissional «especialistas em atividades intelectuais e científicas» (30%), seguida pela de «trabalhadores dos serviços pessoais, proteção e segurança e vendedores» (21%), «técnicos/as e profissões de nível intermédio» (13%), «pessoal administrativo» (10%), «representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos», os quais figuram na mesma percentagem dos «trabalhadores não qualificados» (9%), e outras categorias profissionais que perfazem os restantes 8% da população. Estes dados são animadores do ponto de vista do desenvolvimento de PI, visto que a freguesia dispõe de recursos humanos qualificados que em muito podem contribuir para a educação dos residentes e para o empreendedorismo comunitário.

¹⁰ Em 2011, a freguesia contava com 1566 famílias monoparentais geridas, maioritariamente, por mulheres (88%).

Tendo em consideração que nem todos os territórios vivem a mesma realidade, na freguesia do Bonfim encontram-se aglomerados habitacionais que apresentam manifestos défices de integração urbana e social: as ilhas e os bairros sociais. As ilhas são uma construção muito própria da cidade do Porto, que surgiram na segunda metade do século XIX e do século XX, como resposta ao *boom* populacional consequente à revolução industrial. A necessidade de grandes quantidades de alojamento num curto período de tempo, a baixo custo, levou a burguesia a investir na construção de aglomerados habitacionais com falta de condições de higiene (saneamento, canalização de água, recolha de lixo, instalações sanitárias), repetidamente apontadas ao longo da história como principal foco de desenvolvimento e disseminação de doenças, tais como a tuberculose ou a peste bubónica. A principal medida adotada para acabar com as ilhas foi a construção de bairros sociais (o bairro Duque de Saldanha e o bairro Fernão Magalhães que no seu conjunto totalizam 461 fogos); contudo, os planos de construção e recuperação das casas do município ficaram longe das intenções estabelecidas e, em 2001, ainda subsistiam 152 ilhas habitadas com 1278 casas ocupadas na freguesia (Pimenta, Ferreira A., Ferreira L., Faria, & Pimentel, 2001: 10). Dos estudos efetuados pela CMP, realizados por Pimenta et al., um à população das ilhas (Pimenta et al., 2001), e outro à população dos bairros sociais do Porto (Pimenta, Ferreira, & Ferreira, 2001), verifica-se que a população destes aglomerados habitacionais apresentam características e realidades diferentes da população da cidade do Porto, assim como diferentes entre si.¹¹

Em Portugal, nos últimos 20 anos, o número de pessoas de idade avançada que vivem sozinhas tem vindo a crescer a um ritmo assustador. No caso da freguesia do Bonfim, esse aumento é ainda mais significativo. Em 1991, as referidas famílias representavam 9,71% das famílias clássicas¹², e em 2011 correspondiam a 16,22% das mesmas, quase duplicando em 20 anos. Esta situação de isolamento em idade avançada é vivenciada maioritariamente por mulheres, que, para além de viverem mais anos do que os homens, também estão em maioria nas categorias de viúvas (85%) e divorciadas (61%)¹³. Um objetivo comum a quase todos os PI é contribuir para a diminuição do isolamento não só das pessoas de idade, como também dos adultos e dos jovens e crianças. Nas sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento

¹¹ A população dos bairros e das ilhas, comparada com a população da cidade, apresenta taxas de atividade inferiores, salários mais baixos, baixos níveis académicos e uma estrutura profissional pouco qualificada. Todavia, a população dos bairros vivencia aspetos mais positivos do que a população das ilhas, como, por exemplo, tem uma estrutura etária mais jovem, menor frequência das situações de solidão e isolamento, etc.

¹² Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento.

¹³ Os homens constituem com mais frequência novas relações depois da situação de viuvez e divórcio do que as mulheres (Rosa, 2002).

atuais, as pessoas estão cada vez mais isoladas e a solidão afeta todas as gerações, com a agravante de que, nos anos vindouros, presumivelmente, o número de pessoas de idade avançada em isolamento irá aumentar, não só porque a população idosa é cada vez maior, mas também porque as gerações mais novas vivem em situações de isolamento em etapas mais precoces do ciclo de vida, sendo esta uma das principais razões que justifica a premência da promoção de uma sociedade de participação e o aumento de relações intergeracionais.

No que respeita à saúde, dos poucos dados que nos foram facultados, verifica-se que a taxa bruta de mortalidade da cidade do Porto (14%) é superior à taxa nacional (10%), sendo as principais causas de morte no norte de Portugal, por ordem decrescente: doenças do aparelho circulatório; tumores malignos; doenças do aparelho respiratório; outras causas por doenças; causas mal definidas; doenças do aparelho digestivo; causas externas; doenças do aparelho geniturinário; vírus da imunodeficiência humana (HIV); e tuberculose. Se, por um lado, morre menos gente por HIV no norte de Portugal, por outro lado, morre mais gente por tuberculose. Um dado que é importante mencionar é o número de mães adolescentes do Porto, que representa 6,4% deste grupo populacional, superior à percentagem que se regista a nível nacional (4%). É de relevar que as doenças indicadas e os problemas mencionados são passíveis de prevenção, através de ações de informação e de intervenção, no âmbito socio-educativo e da saúde.

Outra área que merece a nossa atenção é a que se prende com situações de violência e de crimes. Segundo dados do Censos de 2011, o tipo de crimes cometidos na cidade do Porto, por ordem decrescente, foi: 55% de crimes contra o património (furto, roubo, abuso de confiança, burla, extorsão, etc.), 21% de crimes contra as pessoas (crimes contra a vida ou integridade física, contra a liberdade pessoal, sexuais e contra a honra), 14% de crimes contra a vida em sociedade (violação de imposições, violação da obrigação de alimentos, falsificação de documentos, incêndio, etc.) e 9% de crimes previstos em legislação avulsa (crimes contra a saúde-pública, respeitantes a estupefacientes e substâncias psicotrópicas, informáticos, de condução sem habilitação legal, contra a economia, etc.). Da comparação entre o ano de 2001 e o ano de 2011, registou-se uma diminuição dos crimes contra o património, mas aumentaram os crimes contra a vida em sociedade e contra as pessoas. Recorrendo aos dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), para aprofundar a análise neste âmbito, verifica-se que as vítimas que apresentam queixa nesta associação são maioritariamente mulheres (em todos os grupos etários) e as pessoas mais agredidas têm idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos, seguidas das crianças e jovens e, por último, das pessoas de idade. Os agressores são sobretudo homens, com idades compreendidas entre os 36 e 50 anos. Constata-se que estes crimes são na generalidade praticados na residência comum, que os principais agressores das crianças e jovens são os respetivos progenitores, dos adultos os

cônjuges ou companheiros e das pessoas de idade os seus descendentes (APAV, 2012). A prevenção e intervenção nestes casos são de importância fundamental.

No que diz respeito à educação, ao compararmos as estatísticas dos residentes na freguesia do Bonfim com as da população da cidade e as da população portuguesa, constatamos que elas são muito similares às da cidade do Porto e superiores às que se verificam a nível nacional: 5% da população não tem nenhum nível de ensino completo, 52% tem o ensino básico, 16% o ensino secundário, 1% o ensino pós-secundário e 3% o bacharelato. A percentagem de habitantes do Bonfim com ensino superior é de 23%, uma percentagem superior à nacional (13%), sendo que as principais áreas de formação superior da população da freguesia são, por ordem decrescente: Saúde; Ciências Sociais e do Comportamento; Formação de Professores e Ciências da Educação; Letras; Comércio e Administração; Artes; Arquitetura e Construção; Engenharia e afins; Direito; Ciências Informáticas e Ciências Físicas. Trata-se com efeito de recursos humanos qualificados que podem ser uma mais-valia no desenvolvimento dos PI. E no que concerne à educação e formação de adultos do sistema público (ano letivo de 2010-2011), da análise dos dados fornecidos pelo Ministério da Educação e Ciência constata-se que frequentavam estas ofertas formativas 1484 pessoas, sendo predominante o nível secundário, quer nos Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA), quer na modalidade de Ensino Recorrente – esta última bastante mais representada. Separando este indicador por idades, apura-se que são os jovens adultos quem mais frequenta este tipo de educação, preenchendo 80% das vagas, e que à medida que a idade avança são cada vez menos as pessoas inscritas, como é típico nos estudos internacionais (Zarifis, 2013).

O abandono escolar e a taxa de analfabetismo¹⁴ são duas das grandes preocupações a nível educativo nacional. Considerando os dados longitudinais disponíveis (de 1991 a 2011), verifica-se que em Portugal, tanto o abandono escolar como a taxa de analfabetismo têm vindo a diminuir. A taxa de analfabetismo da freguesia (2,76%) é inferior à taxa nacional (5,23%), sendo que as mulheres são a maioria (85%). No que diz respeito à taxa de abandono escolar, ela foi sempre inferior à nacional. No entanto, em 2011, não só superou a taxa de abandono escolar nacional (1,58%) ao cifrar-se em 2,68%, como sofreu um agravamento substancial quando comparada com a taxa de abandono escolar da freguesia em 2001 (1,69%). Procurando compreender as causas deste fenómeno, que continua no topo das preocupações sociais da cidade, analisou-se o Projeto Educativo Municipal do Porto (CMP, 2013), que auscultou as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do Porto, instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que promovem os direitos da criança e do jovem, à qual a escola assinala estas

¹⁴ Taxa definida tendo como referência a idade (10 anos) a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever.

crianças e jovens. De acordo com a CPCJ, estes casos inscrevem-se em contextos familiares e sociais desfavorecidos, com problemas de carácter estrutural difíceis de minorar. A falta de atração destas crianças e jovens pela escola resulta de diversos fatores, alguns de ordem pessoal e familiar e outros mais relacionados com a escola. Nas razões de ordem pessoal/familiar são apontadas as seguintes: a baixa autoestima; as dificuldades de traçarem um projeto de vida; a falta de expectativas em relação ao futuro, alimentadas, na esmagadora maioria dos casos, pelos restantes membros da família, que já sentiram as mesmas dificuldades em relação à escola; a desvalorização do papel da escola; e os baixos rendimentos familiares. Nas razões relativas à realidade da escola, sobressaem a falta: de identificação com discursos e métodos demasiado abstratos; de acompanhamento e orientação psicopedagógica; de proximidade e relação afetiva com a escola (CMP, 2013: 90). No âmbito desta área de necessidade, recordamos que vários autores apontam que os PI podem apresentar contributos valiosos: melhoram os resultados escolares (Freedman, 1999; MacCallum et al., 2010; Marx et al., 2004), aumentam a assiduidade na escola (Barbazon, 1999; Freedman, 1999; Marx et al. 2004); melhoram as atitudes face à escola (Freedman, 1999; Marx et al., 2004); melhoram o comportamento na escola (Bressler, Henkin, & Adler, 2005; Friedman, 1999; Marx et al., 2004); aumentam o interesse pelas tarefas escolares (Bressler et al., 2005; Marx et al. 2004); e aumentam a autoestima e autoconfiança (Barbazon, 1999; Bressler et al., 2005; Jucovy, 2002; Marx et al., 2004). Os estudos e autores referidos sem dúvida que reforçam a importância dos PI enquanto intervenção socioeducativa a considerar para dar resposta às problemáticas mencionadas.

Considerando agora os recursos institucionais da freguesia do Bonfim, em 2012 contabilizam-se 33 estabelecimentos de ensino (14 do ensino público e 19 do ensino privado), dois estabelecimentos de ensino superior, quatro ATL (atividades de tempos livres), nove instituições e estabelecimentos de apoio a crianças e jovens, 12 lares de idosos, sete centros de convívio e de dia, dois centros de atividades ocupacionais (mistos), duas instituições de apoio assistencial e 44 associações, dos mais variados tipos. É importante mencionar que, desde 2012, muitas destas instituições e associações fecharam e outras estão em risco de o fazer, devido aos cortes orçamentais do Estado. Consequentemente, muitas das pessoas que eram apoiadas por estas instituições encontram-se agora sem apoio. O número de Centros Novas Oportunidades sofreu, por exemplo, uma grande diminuição, sendo agora designados por Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP), existindo dois, atualmente, na freguesia. Na área da saúde, infraestruturas, os habitantes da freguesia têm acesso a um centro hospitalar (EPE – entidade pública empresarial), um hospital público e um centro de saúde dividido em duas unidades. Visto que, na generalidade, estas instituições são os locais de eleição para o desenvolvimento de PI e/ou colaborarem no seu desenvolvimento, no seu conjunto são vistas como uma possibilidade/oportunidade que a freguesia apresenta.

Conclusão

No presente artigo apresentámos os Programas Intergeracionais como uma nova forma de intervenção social, que tem como elemento-chave a educação intergeracional, uma abordagem pedagógica não formal e informal que conecta diferentes gerações em torno de temas quotidianos, que visam, por um lado, facilitar a transferência e intercâmbio de conhecimentos, competências, habilidades e recursos e, por outro, permitir que as diferentes gerações experienciem tanto a diferença como a semelhança, aprendendo não só sobre os outros, mas também sobre si mesmos. Os PI, ao promoverem a convivência intergeracional e a colaboração entre gerações, se forem adequadamente formulados e implementados, podem ser de grande benefício para as pessoas participantes, para as comunidades e em última instância para a sociedade.

Era nosso objetivo alertar para obstáculos à concretização destes programas, assim como apresentar uma estratégia que permitisse ultrapassar muitas das dificuldades na hora de planificar e implementar os PI. Essa estratégia é a realização de um estudo prévio à planificação – o desenho do perfil comunitário –, que é um trabalho complexo e multidimensional, que requer abordagens analíticas compósitas. A primeira fase deste estudo foi ilustrada neste artigo, usando como exemplo a freguesia do Bonfim da cidade do Porto: um estudo quantitativo, baseado nas estatísticas sobre a comunidade que serviu para desenhar o primeiro esboço das necessidades e possibilidades que a comunidade apresenta para desenvolver PI. Como principais necessidades/problemas identificaram-se as/os seguintes: território muito envelhecido; fuga de jovens para a periferia da cidade; poucos nascimentos; integração de imigrantes na comunidade; dificuldades económicas e desemprego; baixo índice de emprego; famílias em risco de pobreza por receberem familiares desempregados; elevado número de mães adolescentes; aglomerados habitacionais que apresentam manifestos défices de integração urbana e social (as ilhas e os bairros sociais); pessoas de idade isoladas; morte por doenças passíveis de prevenção; violência, criminalidade e insegurança; insucesso escolar; abandono escolar; analfabetismo e pouca participação das pessoas de idade na formação e educação de adultos. É de ressaltar que as mulheres da freguesia se debatem mais do que os homens com a maioria destas problemáticas, pelo que esta variável deve ser tida em conta na hora de planear e implementar PI (Villas-Boas, Oliveira, & Ramos, 2015). Tão importantes quanto a identificação de necessidades para a planificação e implementação destes programas são também as oportunidades/possibilidades que a comunidade apresenta para o seu desenvolvimento. No Bonfim verificaram-se as seguintes: proximidade espacial dos habitantes; uma boa rede de transportes; recursos humanos bastante qualificados; e considerável quantidade de instituições e associações da freguesia.

Estes resultados correspondem ao primeiro esboço do perfil comunitário da freguesia do Bonfim, o qual se prevê aprofundar, numa segunda fase, num estudo quantitativo e qualitativo, por meio da aplicação de questionários à população, de entrevistas a informantes privilegiados da comunidade e da organização de grupos de discussão a representantes das instituições e associações locais. Do conjunto destas duas fases resultará um desenho do perfil comunitário mais completo, o qual permitirá equilibrar os recursos (que são limitados) e ampliar o potencial dos PI a serem desenvolvidos na comunidade referida.

Correspondência

E-mail: suvboas@gmail.com

Referências bibliográficas

- Associação de Apoio à Vítima (APAV). (2012). *Estatísticas APAV: Relatório anual 2012*. Retrieved from http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2012.pdf
- Brabazon, Kevin (1999). Student improvement in the intergenerational work/study program. *Child & Youth Services*, 20(1-2), 51-61.
- Bressler, Jeanette, Henkin, Nancy, & Adler, Melanie (2005). *Connecting generations, strengthening communities: A toolkit for intergenerational program planners*. Philadelphia, PA: Center for Intergenerational Learning, Temple University.
- Câmara Municipal do Porto (CMP). (2013). *Projeto educativo municipal*. Retrieved from http://www.cm-porto.pt/assets/misc/img/Links_uteis/Projeto_Educativo_Municipal.pdf
- City Mayors Statistics (CMS). (2007). *The largest cities in the world by landarea, population and density*. Retrieved from <http://www.citymayors.com/statistics/largest-cities-density-125.html>
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE). (2005). *Livro verde: Uma nova solidariedade entre gerações face às mudanças demográficas*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Correia, Luís (2009). A evolução demográfica da freguesia do Bonfim da cidade do Porto na época contemporânea. *Revista da Faculdade de Letras História*, III(10), 181-196.
- Delors, Jacques et al. (1996). *Learning: The treasure within. Report to UNESCO of the internacional commission on education for the twenty-first century*. Paris: UNESCO.
- Estrela, Vera (2013). *O Leste em Portugal: A integração de imigrantes ucranianos e a educação de adultos* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Eurostat (2013). *European social statistics, pocketbooks*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Retrieved from <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3930297/5968986/KS-FP-13-001-EN.PDF>
- Freedman, Marc (1999). *Primetime: How baby boomers will revolutionize retirement and transform America*. New York: Public Affairs.

- Friedman, Bárbara (1999). *Connecting generations: Integrating aging education and intergenerational programs with elementary and middle grades curricula*. Needham Heights, MA: Allyn Y Bacon.
- Granville, Gillian, & Ellis, Sue (1999). Developing theory into practice: Researching intergenerational exchange. *Education and Ageing*, 14(3), 231-248.
- Hatton-Yeo, Alan (2002). Conference report: Connecting generations: A global perspective. In *ICIP International intergenerational conference connecting generations: A global perspective* (pp. 1-48). Keele: UNESCO Institute for Education and Beth Johnson Foundation.
- Hatton-Yeo, Alan, & Watkins, Celeste (2004). *Intergenerational community development: Practice guide*. London: The Beth Johnson Foundation.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2009). *Projeções de população residente em Portugal 2008-2060*. Lisboa: INE, IP. Retrieved from http://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=65944632&PUBLICACOESmodo=2
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2012). *Censos 2011 – Resultados definitivos*. Lisboa: INE, IP. Retrieved from http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao.
- Jucovy, Linda (2002). *Measuring the quality of mentor-youth relationship: A tool for mentoring programs*. Portland, OR: Northwest Regional Educational Laboratory.
- Kaplan, Matthew (2001). *School-based intergenerational programs*. Hamburg: UNESCO Institute of Education.
- Kuehne, Valerie (2005). *Making what difference? How intergenerational programs help children and families*. Baltimore, MD: The Annie E. Casey Foundation.
- MacCallum, Judith, Palmer, David, Wright, Peter, Cumming-Potvin, Wendy, Booker, Miriam, & Tero, Cameron (2010). Australian perspectives: Community building through intergenerational exchange programs. *Journal of Intergenerational Relationships*, 8(2), 113-127.
- Mannion, Greg (2012). Intergenerational education: The significance of reciprocity and place. *Journal of Intergenerational Relationships*, 10(4), 386-399.
- Martin, Kerry, Springate, Iain, & Atkinson, Mary (2010). *Intergenerational practice: Outcomes and effectiveness. LGA Research Report*. Slough: NFER.
- Martins, Isabel (Coords.). (2008). *Rede social do Porto: Relatório de pré-diagnóstico*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Marx, Márcia, Hubbard, Pamela, Cohen-Mansfield, Jiska, Dakheel-Ali, Maha, & Thein, Khin (2004). Community-service activities versus traditional activities in an intergenerational visiting program. *Educational Gerontology*, 31, 263-271.
- Montero, Inmaculada, & Gallego, Ana (2002). Los programas intergeracionales: Una alternativa socio-educativa para todas las edades. In Jesus García & Matías Bedmar (Coord.), *Hacia la educación intergeneracional* (pp. 167-177). Madrid: DyKinson.
- Newman, Sally, & Sánchez, Mariano (2007). Los programas intergeneracionales: Concepto, historia y modelos. In Mariano Sánchez (Dir.), *Programas intergeneracionales: Hacia una sociedad para todas las edades* (pp. 34-69). Barcelona: Fundación «la Caixa».
- Pimenta, Manuel, Ferreira, José António, Ferreira, Leonor, Faria, Alexandra, & Pimentel, Paula (2001). *As ilhas do Porto: Estudo sociodemográfico*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

- Pimenta, Manuel, Ferreira, Leonor, & Ferreira, José António (2001). *Estudo socioeconómico da habitação social: Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Pinto, Jorge (2011). *Bonfim: Território de memórias e destinos*. Porto: Junta de Freguesia do Bonfim.
- PORDATA (s.d). *Índice de envelhecimento na Europa*. Retrieved from <http://www.pordata.pt/Europa/Indice+de+envelhecimento-1609>
- Ramos, Natália (2013). Relationships and intergenerational solidarities: social, educational and health challenges. In Albertina Oliveira et al. (Coords.), *Promoting conscious and active learning: How to face current and future challenges?* (pp. 129-148). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rosa, Maria João (2002). Notas sobre a população: Os homens e as mulheres perante o casamento. *Análise Social*, 163, 667-672.
- Sáez, Juan (2002). Hacia la educación intergeneracional: Concepto y posibilidades. In Juan Sáez (Coord.), *Pedagogía social y programas intergeneracionales: Educación de personas mayores* (pp. 99-112). Málaga: Aljibe.
- Sánchez, Mariano, Kaplan, Matthew, & Saéz, Juan (2010). *Programas intergeracionales: Guía introductoria*. Madrid: Imserso.
- Sánchez, Mariano, & Díaz, Pilar (Eds.). (2014). *Certificado europeo en aprendizaje intergeneracional: Materiales de formación*. Granada: The Beth Johnson Foundation, Association Generations, Höskolan för Lärande och Kommunikation i Jkpg AB, Universidad de Granada & Društvo za izobraževanje za tretje življenjsko obdobje.
- Springate, Ian, Atkinson, Mary, & Martin, Kerry (2008). *Intergenerational practice: A review of the literature. LGA Research Report*. Slough: NFER.
- Savater, Fernando (2006). *O valor de educar*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Villas-Boas, Susana (s.d.). *Educação intergeracional como estratégia de promoção do envelhecimento ativo: Análise de necessidades de uma comunidade local, enquanto via fundamentadora de projetos relevantes e sustentáveis* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Villas-Boas, Susana, Oliveira, Albertina, Ramos, Natália, & Montero, Inmaculada (2013). Intergeneration education as a strategy for promoting active ageing: Analyzing the needs of a local community as a way to develop relevant and sustainable projects of intervention. In Albertina Oliveira, Cristina C. Vieira, Margarida Pedroso de Lima, Luís Alcoforado, Sónia Mairos Ferreira, & Joaquim Armando Ferreira (Coords.), *Promoting conscious and active learning: How to face current and future challenges?* (pp. 161-174). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Villas-Boas, Susana, Oliveira, Albertina, & Ramos, Natália (2015). Gender and intergenerational programs. In Joanna Ostrouch-Kamińska & Cristina C. Vieira (Eds.), *Private world(s): Gender and informal learning of adults* (pp. 121-134). Rotterdam: Sense Publishers.
- Zarifis, George (2013). Who is a disadvantaged senior Europe? Main identifiers for assessing efficacy for self-directed learning of the age and at risk. In Albertina Oliveira, Cristina C. Vieira, Margarida Pedroso de Lima, Luís Alcoforado, Sónia Mairos Ferreira, & Joaquim Armando Ferreira (Coords.), *Promoting conscious and active learning: How to face current and future challenges?* (pp. 87-111). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.